

PLANO DE ACTIVIDADES

2010

- **Introdução**

O presente Plano de Actividades (PA) é realizado num momento particular da vida da empresa que se caracteriza pela continuidade de actividade num enquadramento já suficientemente conhecido que, basicamente, projecta para o exercício económico de 2010 as variáveis e condicionantes registadas em 2009 e um horizonte de alterações de grande impacto na vida da empresa implicando significativas mudanças estruturais, consubstanciados **na gestão de cinco novos parques de estacionamento e do Flexibus**.

Estas circunstâncias levaram a ECALMA a retardar a apresentação do PA, em consonância com a Câmara Municipal de Almada para o momento em que houvesse condições e conhecimento bastante dos impactos económicos e financeiros dos novos projectos integrando-os no orçamento.

No que respeita à projecção da actividade em fase cruzeiro a ECALMA propõe-se:

- Aumentar o nível actual de remoções de viaturas com indícios de abandono, não obstante se preverem eventuais perturbações dessa actividade dada a necessidade de realização de obras de pavimentação das instalações, tendo presentes as normas impostas pelo DL 64/2008 de 8 de Abril que impõe requisitos particulares na organização e nas especificações do espaço de armazenagem desses veículos;
- Dar continuidade à exploração dos parques sazonais das praias do Rei e da Rainha;
- Dar continuidade à exploração e fiscalização de parques de estacionamento na Costa de Caparica iniciadas em 2009, após a conclusão das obras do Costa Polis;
- Continuar a exploração/gestão do parque da Av. Afonso Henriques, estudando novas soluções que permitam alargar significativamente os níveis de ocupação quer espacial quer temporal, através, nomeadamente, da implementação de ocupação nocturna (avenças)
- Dar continuidade às acções de fiscalização de estacionamento no espaço público da cidade de forma a garantir rotatividade nas zonas tarifadas e uma adequada utilização das zonas destinadas a residentes;
- Estudar formas de implementação de métodos de pagamento de estacionamento que dispensem a tradicional emissão de títulos por recurso aos parquímetros instalados nas zonas tarifadas, complementando-os com uma maior difusão e publicitação do uso da “raspadinha” e de outros meios com tecnologias actuais que recentemente estão a ser introduzidos no mercado;
- Em articulação com as soluções encontradas para uma maior facilidade de pagamento de estacionamento proceder à reavaliação da afectação das áreas de estacionamento

aos regimes consagrados nos regulamentos de forma a potenciar e ampliar a sua utilização flexibilizando a sua ocupação por outros utentes.

- Introduzir no exercício da fiscalização meios que aumentem a mobilidade das equipas que permitam, com os recursos humanos actuais, uma acção fiscalizadora mais intensa e mais alargada;
- Manter a 'pressão' actual para contrariar a circulação na zona pedonal de veículos sem autorização de acesso e limitar, dentro do horário consagrado às actividades comerciais, as paragens pelo tempo mínimo essencial à sua realização.
- Estudar a implementação de métodos de controlo dos acessos à zona pedonal.
- Continuar a desenvolver esforços junto da Direcção Geral dos Registos e Notariado e a Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária com vista à modernização/actualização da plataforma informática de ligação com estas duas entidades, procurando implementar o acesso electrónico à informação da Conservatória do Registo Automóvel e a desmaterialização de processos de elaboração dos autos de contra-ordenação por intermédio da introdução do auto de contra-ordenação electrónico;

No que respeita à gestão dos 5 novos Parques de Estacionamento e ao Flexibus o presente documento consagrará os efeitos económicos previsionais tendo como suporte o contrato de gestão entre a ECALMA e a Câmara Municipal de Almada aprovado em reuniões da Câmara Municipal em 21/04/2010, para o Flexibus, e em 16/06/2010 a minuta de contrato de gestão para a Gestão dos 5 Parques de Estacionamento e variantes ao documento enquadrador para a gestão o qual integra o referido contrato, documentos que deverão ser considerados presentes para efeitos de apreciação do plano de actividades e orçamento.

- **Recursos humanos**

Os efectivos ao serviço da empresa em 31 de Dezembro constam do quadro abaixo.

Neste momento estão afectos às actividades de intervenção no espaço público 29 agentes de fiscalização repartidos por funções de coordenação (2), de remoção de VFV's e de veículos em infracção e pela fiscalização das áreas da cidade que foram objecto de regulamentação.

Categorias	Efectivos
Técnico superior (jurista)	2
Técnico especialista - TOC	1
Assistente administrativa	1
Agentes de fiscalização	29
Operadores de equipamentos de gestão	2
Motoristas	2
Assistentes de serviços administrativos de fiscalização	7
Assistentes de agente de fiscalização	3
Auxiliares de serviços gerais administrativos	1
Total dos efectivos	48

A estrutura de apoio à actividade de fiscalização garante a realização de todos os trabalhos administrativos associados aos processos de infracção que têm origem na intervenção pública, na gestão dos processos de abate de VFV's, na emissão dos títulos de residente e, desde o mês de Maio do ano transacto, no atendimento público entretanto qualificado com a admissão de uma jurista.

Esta actividade administrativa é assegurada por um núcleo funcional com 7 elementos que assegura:

- Num quadro de relacionamento com a ANSR e com a DGRN, a elaboração dos processos de contra-ordenação;
- Organização dos processos de abate de viaturas abandonadas;
- Em cooperação com as juntas de freguesia atender aos pedidos de títulos de estacionamento para residentes;
- Assegurar o atendimento público;
- Com os condicionamentos de uma estrutura relativamente limitada, através da racionalização dos meios humanos e materiais procurar, em tempo oportuno, atender, analisar e dar resposta aos contributos, críticas e sugestões, pedidos de esclarecimento, por parte dos munícipes.

O crescimento da empresa em número de trabalhadores, em resultado do surgir de novas actividades e desenvolvimento e alargamento de outras impõe que sejam ponderadas e implementadas alterações na estrutura organizacional da empresa.

Com efeito, desde o seu início a empresa tem assegurado as suas actividades com uma estrutura organizacional muito horizontalizada, muito pouco hierarquizada, concentrando nos administradores executivos praticamente todo o poder de decisão e de verificação de execução, existindo apenas dois níveis intermédios de coordenação na área da fiscalização, um coordenador componente operacional e outra na administrativa que não são sequer categorias profissionais de chefia mas agentes de fiscalização com subsídios de função.

Na área administrativa e financeira para além do administrador executivo o quadro de pessoal apenas integra dois trabalhadores: a Técnica Oficial de Contas (TOC) e uma assistente administrativa que apoia simultaneamente a Administração.

Neste enquadramento decidiu o Conselho de Administração implementar, faseadamente, um sistema organizacional mais verticalizado/hierarquizado permitindo maior e melhor capacidade de decisão e melhores condições de execução e avaliação das orientações traçadas.

Assim no ano de 2010 irão ser admitidos dois técnicos, com a categoria de Técnicos Especialistas, um na área da fiscalização e outra na área administrativa e financeira, para apoio executivo à administração e na perspectiva de no futuro poderem vir a evoluir para categorias de direcção.

Para além deste alargamento do quadro de pessoal por razões de ordem organizacional já referidas regista-se a necessidade de reenquadrar os dois agentes de fiscalização com funções de coordenação, já referidos, tendo em conta o facto de entretanto se ter verificado alteração no Conselho de Administração por renúncia, a seu pedido, do Dr. Nuno Santos Silva, passando o Conselho a integrar um único membro com funções executivas, por um lado, e por outros o arranque das novas actividades.

Assim propõe-se serem os mesmos enquadrados com novas categorias e funções “aproximando” a coordenadora das áreas administrativas de fiscalização do administrador executivo e atribuído nova categoria e funções ao coordenador das áreas de fiscalização assumindo responsabilidades no apoio directo à administração na gestão operacional do Flexibus e Parques de estacionamento já existentes (Costa da Caparica e Av. Afonso Henriques) e 5 novos.

Por outro lado foi considerado o reenquadramento (categoria e funções) da actual assistente administrativa de apoio à administração atribuindo-lhe funções de responsabilidade na área do aprovisionamento de consumíveis correntes e gestão/acompanhamento de contratos de prestação de serviços (continuados) nas áreas da manutenção e conservação, higiene, segurança etc., que adquiriram uma alargada importância com as novas actividades a desenvolver.

Finalmente haverá que ter presente o significativo alargamento do quadro de pessoal em virtude da entrada em funcionamento dos novos equipamentos, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão, anteriormente referidos. (Flexibus - 5 novos postos de trabalho; novos parques – 17 novos postos de trabalho).

Consequentemente o quadro de pessoal da empresa no final de 2010 será de 72 trabalhadores.

- **Viaturas em Fim de Vida**

Não obstante a melhoria substancial das condições de segurança existentes nas instalações do Alto do Índio, de quando em quando objecto de novas intrusões com corte de troços de rede, prevê-se que no exercício de 2010 o nível de remoções venha eventualmente a ser afectado pela realização de obras de pavimentação das instalações¹ e, em função destas e da necessária reorganização do espaço disponível, uma efectiva redução da capacidade de armazenamento.

Atentas as dificuldades referidas, é possível projectar a actividade nos moldes seguintes:

¹ A empresa foi notificada pelo Ministério do Ambiente em 20 de Maio determinando a observância dos requisitos técnicos constantes do anexo IV do Decreto-lei 64/2008

VFVs

2.1	Stock inicial de viaturas		346
2.2	Remoções no decurso do exercício 5x20x12		1 000
2.3	Stock final de viaturas 2.5 meses viaturas removidas		346
2.4	Viaturas vendidas (0.85Ton./VFV) 2.1 + 2.2 - 2.3		1 000
2.5	Valor dos VFVs vendidos Preço/Ton	120	102 000
	Valor das vendas de VFV's		102 000

Orçamenta-se, pois, o montante de **102.000 euros** proveitos nesta actividade.

- **Exploração dos parques sazonais do Rei e da Rainha**

Mantendo os processos de anos anteriores a ECALMA vai continuar a assegurar a exploração dos parques das Praias do Rei e da Rainha.

O exercício desta actividade constitui uma oportunidade para a empresa arrecadar uma receita significativa e melhorar a disciplina, logo a segurança e qualidade de utilização destes espaços públicos de lazer.

Considerando o tempo muito desfavorável verificado em 2009, mantendo as tarifas aplicadas, admite-se que possa vir a verificar-se um aumento com algum significado em 2010, estimando-se que esta actividade produza um proveito bruto de 135.000 euros.

- **Evolução dos regimes de estacionamento urbano**

O cenário de estabilidade previsto para o exercício de 2010, refere-se ao conjunto de lugares e à distribuição que consta do quadro abaixo indicado.

Zonas Intervenção	Distribuição de lugares por regime				
	Pagos	Residentes	Reservados	Livres	Total
Regulamento 2001	50	76	22		148
Zonas Intervenção					
Pragal	66	10	0		76
Quinta da Horta	0	0	0		0
Cacilhas (Qta da Alegria)	57	414	11		482
Barrocas	0	615	8		623
Cova da Piedade	178	467	41		686
Centro Sul	39	700	13		752
23 de Julho	0	0	0	30	30
Cacilhas	137	740	25		902
Almada Centro	132	275	61		468
Almada Ocidental	257	627	71	8	963
Total	916	3 924	252	38	5 130
Parques de estacionamento					
P3 Misericórdia	50	0	0		50
P4 Bombeiros	125	0	0		125
P5 Margueirinha	110	0	10		120
P6 Irene Lisboa	60	0	0		60
P7 Museu	79	0	0		79
P8 Costa de Caparica	760	0	0		760
P9 Almada Centro	69	0	0		69
Total	1 253	0	10	0	1 263
Total Geral	2 169	3 924	262	38	6 393

É responsabilidade da ECALMA assegurar a fiscalização desses lugares e zelar pela sua correcta utilização, tendo em linha de conta a diferenciação e especificidade dos regulamentos vigentes para cada uma das áreas referidas.

Relativamente ao ano transacto a oferta de lugares de estacionamento tarifados regista um acréscimo superior a 800 lugares resultantes da criação de uma nova área de estacionamento na Costa de Caparica e da entrada em funcionamento do Parque da Av. Afonso Henriques.

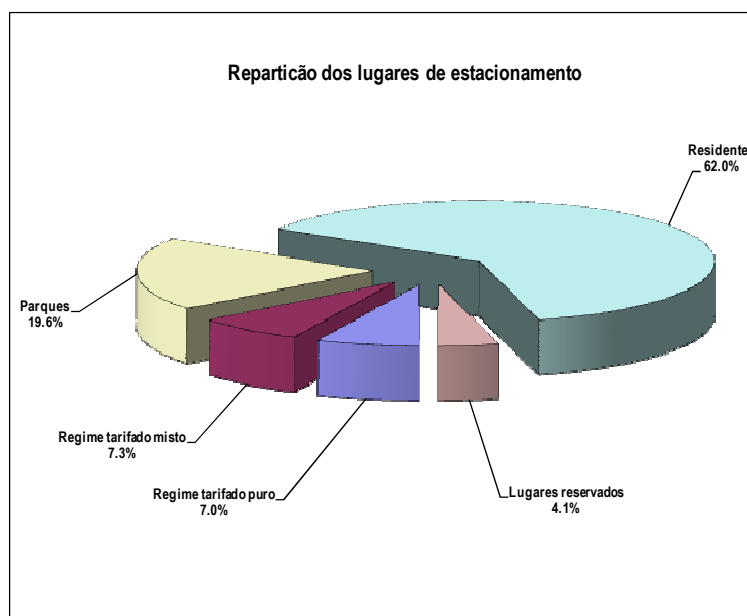
De acordo com os regimes de estacionamento definidos estes lugares são distribuídos de acordo com os dados constantes do quadro seguinte:

Natureza dos lugares	Nº de lugares	%
Total dos lugares tarifados	2 169	33.9%
Regime tarifado puro	447	7.0%
Regime tarifado misto	469	7.3%
Regime misto (parques de estacionamento)	1 253	19.6%
Sem pagamento de tarifa	4 224	66.1%
Residentes	3 962	62.0%
Lugares reservados	262	4.1%
Total geral	6 393	100%

Do ponto de vista da caracterização da repartição do espaço público de estacionamento pelos diversos regimes mantêm-se praticamente inalterável a distribuição dos anos anteriores constituindo os lugares não tarifados a expressiva maioria dos lugares oferecidos pela cidade.

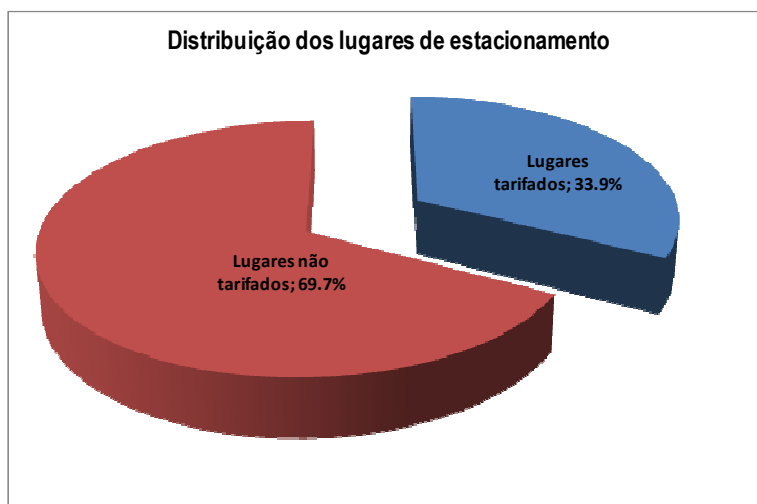
Esta desigualdade de repartição é consequência da estratégia do plano de mobilidade visando assegurar aos habitantes da cidade condições para acomodação dos seus veículos.

Não obstante esta identificação com os objectivos estratégicos referidos, a caracterização descrita implica alguma “distorção” entre as exigências colocadas à fiscalização e a correspondente obtenção de receitas.



De acordo com os dados do quadro anterior e atendendo a que as zonas tarifadas mistas também são ocupadas por residentes (presume-se que nunca abaixo de metade da disponibilidade efectiva) cerca de 70% do total dos lugares de estacionamento são dedicados aos residentes da cidade. A estes acrescem cerca de 4% relativos a lugares reservados a utilização de entidades públicas, cargas e descargas, deficientes, etc.

Em consequência desta política de repartição de lugares de estacionamento, o espaço tarifado (o que tem originado o mais importante fluxo de receitas da empresa) é relativamente reduzido e queda-se por, aproximadamente, 30% dos lugares existentes.



Os gráficos apresentados, caracterizam a repartição dos lugares de estacionamento disponíveis na cidade e a sua integração nos regimes de estacionamento consagrados regulamentarmente.

- **Fiscalização das zonas de estacionamento – Previsão de receitas**

Na avaliação das circunstâncias determinantes para a obtenção de receitas pela empresa, consideraram-se como factores condicionantes da capacidade de angariação de receitas, os seguintes parâmetros:

- O conhecimento mais recente das receitas geradas (IVA incluído), na área urbana de Almada, pelos lugares de estacionamento afectos aos vários regimes de estacionamento é o seguinte:

Lugares tarifados puros	1.59 Euros/dia
Lugares tarifados mistos	0.66 Euros/dia
Lugares tarifa múltipla	0.33 Euros/dia

O quadro indicado na página seguinte apresenta uma síntese destes parâmetros de enquadramento da actividade:

- A entrada em funcionamento dos parquímetros na zona urbana da Costa de Caparica, ocorrido em 29 de Junho do ano transacto, não nos permite conhecer com base na experiência recolhida, uma informação que nos possibilite, ao contrário do

que acontece na área urbana de Almada, criar um modelo de previsão de receitas. Embora limitada, essa experiência permite para já antever a possibilidade de caracterizar a frequência do parque em termos de época, baixa, média baixa, média alta e alta.

A essas frequências associámos os seguintes níveis de receita por lugar, tendo presentes dados estatísticos do ano anterior e admitindo algum crescimento, na época alta, no parque da Costa da Caparica.

Época baixa-0.05 Euros/dia; Época média baixa-0.20 Euros/dia

Época média alta - 0.35 Euros/dia; Época alta-1.625 Euros/dia

Os parâmetros descritos anteriormente têm a natureza de inputs a um modelo de previsão que, de forma sintética, se descrevem na tabela abaixo indicada. Com base nesses pressupostos de receita gerada por lugar de estacionamento indicados nesta tabela (salvaguardada a sazonalidade dos lugares do parque da Costa de Caparica) calculamos, nos moldes descritos abaixo, as receitas geradas.

Parâmetros	
Tarifa por hora de estacionamento	»»»»» 0,50
Nº de horas estacionamento diário	10
Receita potencial por lugar de estacionamento	5,00
Receita média diária por lugar tarifado (cidade de Almada)	
Regime tarifado puro	1,59
Regime misto	0,66
Parques de estacionamento	0,33
Nº médio / mensal de dias cobrança de estacionamento	22
Parque da Costa de Caparica	
Época baixa	0,05
Época média baixa	0,20
Época média alta	0,35
Época alta	1,625
Nº médio / mensal de dias cobrança de estacionamento	30

Meses	Cidade			Receita prevista	C Caparica		Total geral
	Nº lugares tarifados				Nº lugares	Receita prevista	
	Puros	Mistos	Parques				
Janeiro	447	469	424	25.500	760	1.140	26.640
Fevereiro	447	469	424	25.500	760	1.140	26.640
Março	447	469	424	25.500	760	1.140	26.640
Abril	447	469	424	25.500	760	4.560	30.060
Maio	447	469	424	25.500	760	7.980	33.480
Junho	447	469	424	25.500	760	7.980	33.480
Julho	447	469	424	25.500	760	37.050	62.550
Agosto	447	469	424	25.500	760	37.050	62.550
Setembro	447	469	424	25.500	760	7.980	33.480
Outubro	447	469	424	25.500	760	4.560	30.060
Novembro	447	469	424	25.500	760	1.140	26.640
Dezembro	447	469	424	25.500	760	1.140	26.640
Totais				306.000		112.860	418.860
Rendimento							349.050

A previsão dos proveitos originados por esta componente da actividade é, assim, de **349.050 euros**.

- O parque de estacionamento na Av. Afonso Henriques, designado de Almada Centro, entrou em regime de estacionamento pago a partir de 01 de Agosto do ano transacto. É um parque com uma capacidade limitada e, até agora, com uma frequência relativamente baixa.

Prevê-se a possibilidade dessa frequência melhorar durante o ano de 2010 mediante a intensificação da fiscalização nas áreas vizinhas, de uma maior divulgação da sua existência e das facilidades de acesso que resultam da CMA ter instituído a figura do “talão de desconto” que proporciona um estacionamento de duas horas por um valor que é 75% inferior ao estacionamento na via pública.

Em função desta expectativa de aumento da frequência do parque prevê-se a possibilidade de ocorrerem acréscimos do valor média/ dia por lugar passando dos actuais 0.80 euros para 1.20 no fim do exercício nos moldes constantes do quadro seguinte.

Acresce também a intenção de passar a ocupar o parque das 20H00 às 08H00 (actualmente o parque está encerrado neste período) mediante a venda de avenças nocturnas no valor que se estima no quadro de previsão.

A previsão dos rendimentos originados por esta componente da actividade é de **24.543 euros**.

Nº de lugares	69	Avenças:	Nº	40
Nº de dias/mês	26		Preço (€)	25
Meses	Receita média lugar	Estaciona-mento	Avenças nocturnas	Total
Janeiro	0.80	1 435		1 435
Fevereiro	0.80	1 435		1 435
Março	0.80	1 435		1 435
Abril	0.90	1 615	1 000	2 615
Maio	0.90	1 615	1 000	2 615
Junho	0.90	1 615	1 000	2 615
Julho	0.90	1 615	1 000	2 615
Agosto	1.00	1 794	1 000	2 794
Setembro	1.00	1 794	1 000	2 794
Outubro	1.00	1 794	1 000	2 794
Novembro	1.20	2 153	1 000	3 153
Dezembro	1.20	2 153	1 000	3 153
Totais		20 452	9 000	29 452
Rendimento (€)				24 543

- **Fiscalização das zonas de estacionamento urbano nas condições previstas no decorrer do exercício.**

No prosseguimento das prerrogativas de autoridade que a empresa tem na intervenção em espaço público, é parte integrante da sua actuação o recurso a sanções que se expressam:

- Na emissão de autos de contra-ordenação e
- No bloqueamento e remoção de viaturas para contrariar as formas de estacionamento abusivo mais gravosas

Para além destas formas de intervenção a empresa continua a desenvolver um forte esforço no sentido de persuadir os utentes do espaço público à aceitação das normas regulamentares e do Código da Estrada através da emissão de advertências em detrimento do recurso mais intenso aos avisos de infracção.

A aplicação das sanções anteriormente referidas produz alguns efeitos financeiros designadamente:

- Percentagem das coimas sobre o valor dos autos de contra-ordenação enviados à ANSR
- Coimas e taxas pelo bloqueamento de viaturas
- Coimas e taxas pela remoção de viaturas
- Taxas diárias de depósito

- **Coimas de autos enviados à ANSR/percentagem da empresa**

Tal como vem sendo referido em relatórios anteriores, a estimativa de receitas associados à cobrança de coimas de autos enviados para tal à ANSR tem-se mostrado de enorme complexidade e praticamente impossível em bases sustentadas.

A ANSR quando procede a transferências não identifica quais os autos a que as mesmas respeitam. As transferências efectuadas até à data ficam aquém dos 30% (!) do rendimento teórico, entendido como a universalidade dos autos enviados, o que, a ter alguma correspondência com a realidade tornaria, de facto e como vem sendo referido, a fiscalização e conseqüente levantamento de autos, como o grande “entrave” à auto sustentabilidade da empresa.

A ECALMA, de forma coordenada com outras empresas municipais congéneres, tem diligenciado junto da ANSR no sentido de se encontrarem soluções que permitam vencer esta insustentável situação. Refira-se que no quadro de uma acção inspectiva da Inspeção Geral de Finanças, esta, validando os procedimentos seguidos pela Ecalma, solicitou informações objectivas à ANSR que permitissem confirmar os registos existentes na empresa, sendo que a resposta obtida, por nada clara e objectiva, não o permitiu.

Reconheça-se entretanto que, do ponto de vista legislativo, foram dados alguns “passos” importantes com o aumento da percentagem a arrecadar pelas entidades autuantes de 30% para 55%, a partir de Outubro de 2008, e com a decisão de serem as entidades autuantes a arrecadarem directamente a percentagem a que têm direito, e não através da ANSR.

De acordo com as mais recentes informações disponíveis, admite-se que tal possa vir a verificar-se ainda este ano, ainda que não antes de Agosto/Setembro.

Por outro lado a ANSR informa “estar agora em condições de, até ao final do ano, regularizar a distribuição de receita proveniente de coimas de autos de contra ordenação das entidades Municipais”.

Neste contexto tendo em conta todos os dados disponíveis e as expectativas entretanto geradas, estima-se que as receitas associadas à cobrança de coimas de autos remetidos à ANSR possa atingir 155.035 euros, assim:

- **27.600 euros** correspondentes a cerca de 15% das coimas dos autos “em dívida” em 31/12/2009.
- **84.100 euros** correspondentes a 40% das coimas de autos, de infracções registadas em 2009, enviados e a serem transferidos pela ANSR em 2010.
- **43.335 euros** correspondente a 30% de coimas de autos enviados e a enviar em 2010, respeitantes a infracções registadas 2010.

- **Actividade de bloqueamento e remoção de veículos em situação de infracção**

O conhecimento da prática das infracções que justificam este tipo de intervenção nas condições actualmente existentes na cidade aponta para a possibilidade da empresa realizar, em média, 12 intervenções diárias no decurso do ano de 2010.

Esta projecção de actividade e os correspondentes efeitos consta do quadro abaixo indicado :

3. Bloqueios & Remoções			
3.1 Intervenções no decurso do exercício			
12 intervenções dia » 6 bloqueios + 6 remoções			
Nº intervenções		3.360	
Bloqueios	1.440	30	43.200
Remoções	1.440	50	72.000
Estadias	1.440	10	14.400
Taxas			129.600
Autos CO ⁽¹⁾	2.880	42	120.960
% ECALMA		55%	66.530
3.2 Total dos bloqueios e remoções			
⁽¹⁾ Valor médio dos autos associados			

Estima-se, assim, que esta intervenção se traduza numa receita de **196.130 euros**, sendo **129 600 euros** relativos a taxas de bloqueio, remoção e depósito e **66.530 euros** à percentagem de 55% do valor das coimas, a que a ECALMA tem direito, das infracções que originaram aquelas intervenções.

- **Flexibus**

A Gestão do flexibus apresenta um “impacto” orçamental positivo de 5012 euros em resultado de proveitos de 48.609 euros, sendo 40.000 resultantes da transferência aprovada pela Câmara Municipal de Almada, com enquadramento no Contrato de Gestão estabelecido com a ECALMA, e 8.609 euros de rendimentos estimados com cartões e bilhetes de acesso. para um período de actividade com cobrança que cobre apenas os meses de Agosto a Dezembro.

Em termos de custos o montante estimado ascende a 43.597 euros, sendo 10.466 euros referentes a Fornecimentos e Serviços e 33.131 de Despesas com o Pessoal – 5 motoristas de transportes públicos - para o período compreendido entre 15 de Junho e 31 de Dezembro.

Haverá que referir que se estão a gerar expectativas bastante positivas na gestão do Flexibus não só pelo impacto mediático que está a ter mas muito particularmente pelas manifestações de adesão que tem merecido dos almadenses, com particular relevo para os idosos.

- **Gestão de (5) novos parques de estacionamento**

O orçamento, relativo ao Contrato de Gestão dos Parques de Estacionamento Capitão Leitão, Conde Ferreira, Bento Gonçalves, Luisa Sigeia e Laranjeiro (Rua D. Manuel) aprovado em reunião de Câmara de 16.06.2010, foi elaborado tendo como suporte documento enquadrador para a Gestão dos Parques de Estacionamento, já referido, utilizando a variante “taxa de ocupação” de 60%.

Quer para as receitas quer para as despesas foram calculados 4/12 da totalidade prevista para um ano cruzeiro, na perspectiva que os parques possam estar em funcionamento nos últimos quatro meses do ano.

Os custos ascendem a 159.913 euros, sendo 79.532 euros relativos a Fornecimentos e Serviços de terceiros, e 80.381 euros de custos com pessoal referentes a 10 operadores de equipamentos de gestão, 4 vigilantes e 3 coordenadores para o período de Setembro a Dezembro.

Os proveitos ascendem a 274.875 euros na variante de cálculo que considerámos mais razoável, porque expectável, de uma taxa média de ocupação de 60%.

O impacto orçamental desta actividade permite que, pela primeira vez, a empresa, possa vir a apresentar um de resultado líquido (global) positivo.

- **Investimentos**

Os investimentos previstos e revelados no Plano de investimento anexo ascendem a 90.000 euros, sendo apenas 12.500 euros relativos à rubrica Edifícios e outras construções (Qualificação do Parque da Av. Afonso Henriques), 62.500 para Equipamentos Básicos, com relevo para o equipamento de controlo de entrada e gestão do mesmo parque, no montante de 45.000 euros, e 15.000 euros para Equipamento Administrativo.

Mantendo-se, ainda, as condicionantes financeiras que têm levado a que os investimentos em Equipamentos operacionais (básico) sejam financiados através de subsídios ao investimento pela Câmara Municipal de Almada, propõe-se no presente plano que o mesmo seja financiado no montante de global de 75.000 pela Câmara Municipal de Almada sendo os restantes 15.000 euros financiados pelo capital social da empresa.

A confirmar-se uma evolução financeira positiva que o presente orçamento permite admitir, julgamos, contudo, de considerar a possibilidade de o plano de investimentos poder vir a ser integralmente financiado por capitais próprios.

Admite-se que no âmbito da entrada em funcionamento do Flexibus e dos 5 novos parques, venha a colocar-se a necessidade de algum investimento adicional em equipamento administrativo e de transporte.

Considerou-se que só após a posse útil da ECALMA dos novos parques e a aprovação dos respectivos regulamentos, estarão reunidas as condições para uma correcta avaliação dessas necessidades que, como referido acima, poderão vir também a ser financiadas por capitais próprios, pelo que, nas circunstâncias nos dispensámos de apresentar desde já estimativa.

- **Orçamento/Equilíbrio económico**

Analiticamente é de referir:

- Os proveitos operacionais (Vendas Prestações de Serviços) – 1 286.756 euros - previstos para 2010 representam um aumento de cerca de 65% relativamente à execução orçamental de 2009, rondando 510.000 euros, sendo de salientar, para além dos proveitos acrescentados pelas novas actividades:
 - A venda de VFV's que apresenta um aumento de cerca de 45.000 euros, correspondente a quase 80%.
 - Os proveitos com Parquímetros, incluindo nestes o parques da Costa da Caprica e Av. Afonso Henriques, com um aumento de cerca de 75.000 euros, correspondente 25%.
 - A percentagem de coimas a que a ECALMA tem direito, a transferir pela ANSR em 2010, regista um aumento que ronda 150.000 euros conforme explicitação no ponto acima sobre esta matéria.
- Os custos e perdas operacionais para 2010, antes de amortizações, apresentam globalmente um aumento de cerca de 235.000 euros correspondentes a cerca de 22%. Nestes:

- Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros registam um aumento de cerca de 90.000 euros em resultado quase exclusivo do acréscimo de custos das novas actividades.
- As Despesas com o Pessoal para além do aumento devido ao crescimento em resultado das novas actividades – 113.512 euros – registam um aumento de cerca de 14% relativo às actividades cruzeiro, em resultado de a maioria das admissões de pessoal (16), justificadas em sede de relatório e contas de 2009, terem ocorrido ao longo do ano (11 em Maio/Junho, 3 em finais de Julho e 2 em Outubro).

Em síntese,

O Orçamento geral da empresa apresenta pela primeira vez, como já referido, um resultado líquido, positivo, de 4.304 euros.

Tal situação deriva da capacidade que a empresa já vinha “afirmando” de evoluir, de uma forma continuada e sustentada, para o equilíbrio económico- financeiro, no sentido da auto sustentabilidade, agora reforçada com a entrada em funcionamento de equipamentos - FLEXIBUS e 5 novos parques de estacionamento que, no seu conjunto, reúnem condições para apresentar resultados de exploração positivos.

Transferências CMA (cobertura de resultados)
Proveitos (vendas + prestação de serviços)

2005	2006	2007	2008	2009	2010
195.508	242.119	195.887	299.233	273.370	
183.053	240.804	417.645	601.095	775.814	1.284.756
107%	101%	47%	50%	35%	0%

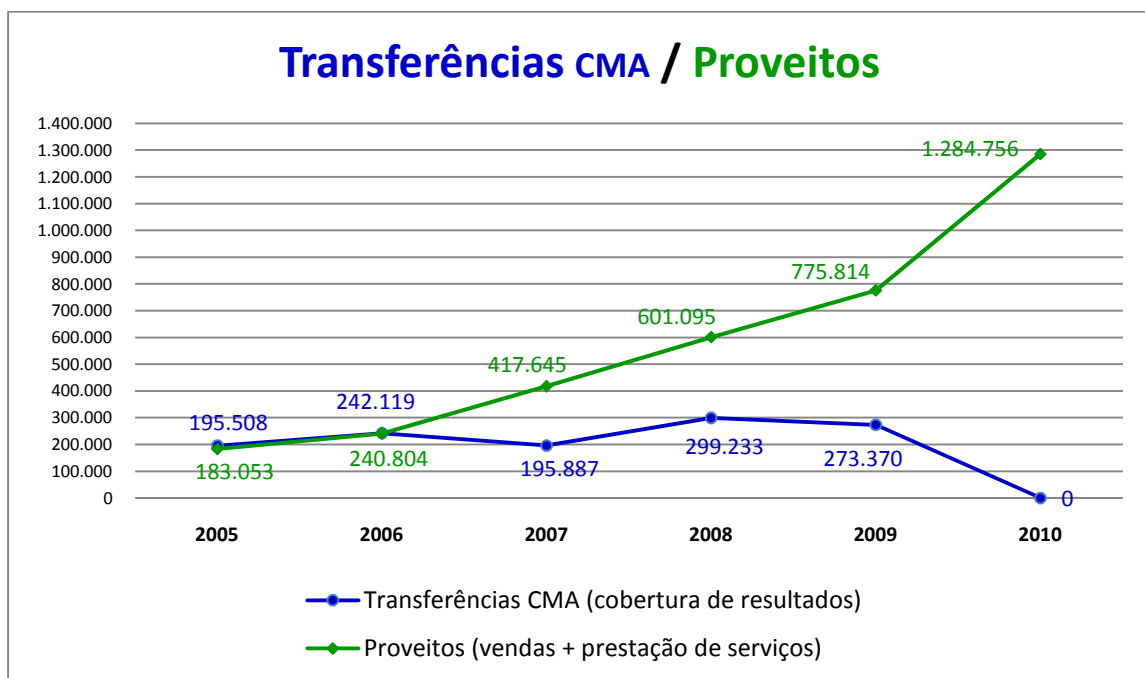


Gráfico com base nos valores das contas de 2005 a 2009 e orçamento 2010

Com o empenho e dedicação dos seus trabalhadores e colaboradores, a colaboração activa sempre presente dos comandos da GNR e PSP e seus agentes, dirigentes e trabalhadores da autarquia, entidades congéneres, entidades publicas e privadas com que se relaciona, a ECALMA, estamos certos, continuará a afirmar e reforçar o seu lugar na cidade, como a adequada solução organizacional, instrumental para o desenvolvimento equilibrado e sustentado da política de mobilidade da Câmara Municipal de Almada, consagrada no Plano de Mobilidade – Acessibilidades XXI, visando a criação de cada vez melhores condições de mobilidade, em geral, e estacionamento em particular aos ALMADENSES, enquanto principais destinatários/beneficiários da política da Câmara Municipal e da missão da empresa.

Almada, 9 de Julho de 2010

Georgina Doroteia

Rui Jorge Martins

J. Félix Simões

Presidente

BALANÇO PREVISIONAL

31-Dez-10

un: €

Activo	Exercícios			
	N			N-1
	AB	AA	AL	AL
Imobilizado				
Imobilizações incorpóreas	1.184,96	1.184,96	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	1.316.499,38	603.936,51	712.562,87	772.192,87
Circulante				
Existências				
Mercadorias (AEAC's)	0,00	0,00	0,00	15.251,14
Dívidas de terceiros - Curto prazo				
Clientes c/c	15.840,00	0,00	15.840,00	12.158,28
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	93,93
Estado e outros entes públicos	137.404,26	0,00	137.404,26	190.879,96
Sócios e Accionistas - Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	167.269,92
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	2.341,10
	153.244,26	0,00	153.244,26	372.743,19
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	275.536,91		275.536,91	191.113,00
Caixa	10.852,00		10.852,00	14.698,75
	286.388,91	0,00	286.388,91	205.811,75
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimo de proveitos	0,00		0,00	0,00
Custos diferidos	7.925,00		7.925,00	9.205,57
	7.925,00	0,00	7.925,00	9.205,57
Total de Amortizações		605.121,47		
Total de Ajustamentos		0,00		
Total do activo	1.765.242,51	605.121,47	1.160.121,04	1.375.204,52

Capital próprio e passivo	Exercícios	
	N	N-1
Capital próprio		
Capital	250.000,00	250.000,00
Reservas		
Reservas legais		0,00
Resultados transitados - Cobertura resultados (artº31º -Lei 53F/2006)	0,00	273.369,92
Resultado líquido do exercício	4.304,00	-273.369,92
	254.304,00	250.000,00
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito		0,00
Fornecedores c/c	40.982,39	64.727,29
Accionistas		0,00
Fornecedores de imobilizado c/c	9.750,00	51.465,08
Fornecedores de imobilizado c/leasing	0,00	5.279,40
Estado e outros entes públicos	36.288,00	48.882,22
Outros Credores	0,00	13.515,05
	87.020,39	183.869,04
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	680,00	424,23
Proveitos diferidos	818.116,65	940.911,25
	818.796,65	941.335,48
Total do Passivo	905.817,04	1.125.204,52
Total do capital próprio e passivo	1.160.121,04	1.375.204,52

Técnico de Contas

Ana Páscoa

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins - presidente

Georgina Doroiteia

J. Félix Simões

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

31-Dez-10

un: €

	Exercícios			
	N		N-1	
Custos e Perdas				
Custo das mercadorias e matéria consumidas				
Mercadorias (AEO's)		61.256,00		149.176,59
Fornecimentos e serviços externos		325.862,00		201.604,41
Custos com o Pessoal				
Remunerações	728.397,00		556.269,77	
Encargos sociais				
Outros	191.880,00	920.277,00	151.885,21	708.154,98
Amortizações e Ajustamentos	149.630,00		162.854,04	
Provisões	0,00	149.630,00	0,00	162.854,04
Impostos	300,00		726,52	
Outros custos operacionais	0,00	300,00	0,00	726,52
(A) Juros e custos similares	1.200,00	1.457.325,00	2.402,74	1.222.516,54
(C) Custos e perdas extraordinários		1.458.525,00		1.224.919,28
(E) Imposto sobre o rendimento do exercício		6.000,00		17.281,60
(G) Resultado líquido do exercício		1.464.525,00		1.242.200,88
		0,00		1.749,76
		1.464.525,00		1.243.950,64
		4.304,00		-273.369,92
		1.468.829,00		970.580,72
Proveitos e Ganhos				
Vendas				
VFV's e outras sucatas	102.000,00		57.100,19	
Prestações de serviços	1.184.756,00	1.286.756,00	718.714,06	775.814,25
Proveitos suplementares	0,00		0,00	
Subsídios à exploração - AEAC's	23.063,00		57.500,00	
Subsídios (Contrato Gestão - Flexibus)	40.000,00			
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	63.063,00	0,00	57.500,00
(B) Outros juros e proveitos similares	1.000,00	1.349.819,00	853,80	833.314,25
(D) Proveitos e ganhos extraordinários		1.350.819,00		834.168,05
Subsídios ao investimento	118.010,00		126.726,47	
Outros	0,00	118.010,00	9.686,20	136.412,67
(F) Resultado líquido do exercício		1.468.829,00		970.580,72
Resumo				
Resultados operacionais (B) - (A)		-107.506,00		-389.202,29
Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)		-200,00		-1.548,94
Resultados correntes (D) - (C)		-107.706,00		-390.751,23
Resultados antes de impostos (F) - (E)		4.304,00		-271.620,16
Resultado líquido do exercício (F) - (G)		4.304,00		-273.369,92

Tecnico de Contas

Ana Páscoa

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins - presidente

Georgina Doroteia

J. Félix Simões

Demonstração (previsional) dos Fluxos de Caixa

31 de Dezembro de 2010

	2009	2010
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido	-273.369,92	4.304,00
AJUSTAMENTOS:		
Amortizações	162.854,04	149.630,00
Resultados financeiros	1.548,94	200,00
Aumento das dívidas de terceiros	-136.946,45	0,00
Diminuição das dívidas de terceiros	0,00	219.498,93
Aumento das existências	-5.478,71	0,00
Diminuição das existências	0,00	15.251,14
Diminuição das dívidas a terceiros	-52.704,21	-91.569,25
Diminuição dos proveitos diferidos (Subsídios ao investimento-amortizações)	-126.726,47	-118.010,00
Aumento dos proveitos diferidos (Subsídios ao investimento)	65.052,90	0,00
Aumento dos proveitos diferidos (% Coimas ANSR)	184.109,60	0,00
Diminuição dos proveitos diferidos (% Coimas ANSR)		-52.109,60
Diminuição dos Proveitos Diferidos (AEAC's)	0,00	-27.675,00
Aumento dos Proveitos diferidos (AEAC's)	27.675,00	0,00
Diminuição dos acréscimos de custos	-163,85	0,00
Aumento dos acréscimos de proveitos	0,00	255,77
Diminuição dos custos diferidos	3.703,30	1.280,57
FLUXO DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS [1]	-150.445,83	101.056,56
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Subsídios de investimento (Proveitos Diferidos)	203.044,25	75.000,00
Juros e proveitos similares	853,80	1.000,00
	203.898,05	76.000,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Imobilizações corpóreas	-213.790,83	-90.000,00
Imobilizações em curso	-13.860,00	0,00
	-227.650,83	-90.000,00
FLUXO DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO [2]	-23.752,78	-14.000,00
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Aumentos de capital... (cobertura de resultados 2010)	276.793,15	0,00
	276.793,15	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Amortização de contratos de locação financeira	-11.136,83	-5.279,40
Juros e custos similares	-2.402,74	-1.200,00
	-13.539,57	-6.479,40
FLUXO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO [3]	263.253,58	-6.479,40
Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	89.054,97	80.577,16
Caixa e seus equivalentes no início do período	116.756,78	205.811,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	205.811,75	286.388,91
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)	89.054,97	80.577,16
O Conselho de Administração Rui Jorge Martins Georgina Doroteia J. Félix Simões		

ORÇAMENTO ANUAL (Custos e Proveitos)

natureza	2010
PROVEITOS	1.468.829
Vendas	102.000
VFV's e outras sucatas	102.000
Prestações de Serviços	1.184.756
Serviço de mobilidade inclusiva - FLEXIBUS	8.609
Gestão de Parques	451.389
Praias do Rei e Rainha	135.000
Novos Parques cidade (5)	274.875
Parques cidade (AEAC's)	41.514
Taxas infracções (bloqueios remoções)	129.600
Percentagem coimas	221.565
Estac. duração limitada (Parquímetros)	373.593
Subsídios	63.063
Avenças Especiais Almada Centro (AEAC's)	23.063
Contrato de Gestão (Flexibus)	40.000
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.000
Proveitos e Ganhos Extraordinários	118.010
Subsídios ao Investimento	118.010
CUSTOS E PERDAS	1.464.525
Custo AEO's vendidas	61.256
Fornecimentos e Serviços de terceiros	325.862
Electricidade	20.011
Água	800
Combustíveis	12.000
Material de escritório + outros consumíveis	31.022
Rendas e alugueres	35.364
AMA	35.364
Comunicações	58.700
Seguros	12.073
Honorários	12.200
Contencioso e notariado	17.500
Registo automóvel	17.500
Outras	0
Conservação e reparação	42.247
Marketing comunicação	5.000
Limpeza Higiene e conforto	25.340
Trabalhos especializados	30.000
Outros	23.605
Impostos	300
Custos com o Pessoal	920.277
Orgãos sociais	71.463
Remunerações	59.480
Encargos sociais	11.983
Pessoal	831.216
Remunerações	668.917
Encargos sociais	146.209
Seguros	16.091
Fardamentos	10.097
Formação	1.500
Outras	6.000
Amortizações do Exercício	149.630
Custos e Perdas Financeiras	1.200
Custos e Perdas Extraordinários	6.000
RESULTADO Apurado	4.304

PLANO DE INVESTIMENTO/FINANCIAMENTO

2010

NATUREZA		PLANO	REALIZADO	FINANCIAMENTO		OBS
				CMA	Capital social e outros	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		90.000,00	118.543,98	52.129,45	66.414,53	
1. EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES		12.500,00	640,00	0,00	640,00	
1.5	Pequenas intervenções (sede)	12.500,00	640,00	0,00	640,00	
2. EQUIPAMENTO BÁSICO		62.500,00	102.606,78	52.129,45	50.477,33	
2.1	Sistema integrado de Gestão	52.500,00	51.622,00	46.822,00	4.800,00	
2.1.1	2 PDA's (equip/individuais fiscalização)	3.000,00	4.800,00		4.800,00	
2.1.2	2 Impressoras fiscalização (substituição)	4.500,00	0,00		0,00	
2.1.5	1 Equipamento acesso e cobrança - P8 - Av Afonso Henriques	45.000,00	20.460,00	20.460,00	0,00	a)
2.1.6	6 Parquímetros (P9 -Costa Caparica)	0,00	26.362,00	26.362,00	0,00	a)
2.2	Organização do espaço	0,00	3.573,38	0,00	3.573,38	
2.2.1	Obras Zonas Piloto	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2.2	Sinalética parques - Bento Gonçalves e Laranjeiro	0,00	679,90	0,00	679,90	
	Pequenas Obras (P9) - Av. Afonso Henriques	0,00	2.893,48	0,00	2.893,48	
2.2.3	Pequenas obras de organização/manutenção do espaço público de estacionamento	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2.4	Movimentação da bilheteira da Praia da Rainha	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.3	Outros equipamentos básicos	10.000,00	47.411,40	5.307,45	42.103,95	
2.3.1	Aquisição de 1 moto e 1 scooter - fiscalização	10.000,00	5.307,45	5.307,45	0,00	
2.3.2	Aquisição de 2 viaturas (Apoio Parques e Adm. c/retoma)	0,00	42.103,95	0,00	42.103,95	b)
3. EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		15.000,00	15.297,20		15.297,20	
3.1	Equipamento informático	6.000,00	7.039,80		7.039,80	
3.2	Mobiliário administrativo	4.000,00	7.094,40		7.094,40	
3.3	Relógio de ponto + controlo acessos	0,00	0,00		0,00	
3.4	Outros equipamentos ligeiros e utensílios	5.000,00	1.163,00		1.163,00	
TOTAL		90.000,00	118.543,98	52.129,45	66.414,53	

a) investimento realizado em 2009, com financiamento concretizado em 2010. b) Leasing: 36.103,95 euros ; retoma : 6.000 euros

O Técnico de Contas

Ana Cristina Páscoa

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins

Georgina Doroteia

José Félix da Mata Silva Simões



[Handwritten mark]

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 28.º, alínea g) da Lei n.º53-F/2006, de 29 de Dezembro, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2010, da ECALMA, EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, E.M., consistindo, nos Planos plurianuais e anuais de actividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e balanço previsional, dando assim cumprimento às alíneas e) e g) do art.º 13.º do pacto social da empresa.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



5. *Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.*

Parecer

6.) *Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.*

7.) *Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.*

PORTO, 15 de Julho de 2010

[Handwritten signature]
(Dr. Murilo Ângelo Marques)